



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

KARLA MARIA GEOVANIA RODRIGUES DE ARAÚJO

**UMA ANÁLISE E REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A GOVERNANÇA COLA-
BORATIVA ENTRE 2000 A 2023 NO CONTEXTO BRASILEIRO**

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

KARLA MARIA GEOVANIA RODRIGUES DE ARAÚJO

UMA ANÁLISE E REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A GOVERNANÇA COLABORATIVA ENTRE 2000 A 2023 NO CONTEXTO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação /Departamento do Curso Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em contabilidade.

Área de concentração: Governança Colaborativa

Orientador: Prof. Me. José Pérciles Alves Pereira.

**CAMPINA GRANDE - PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663a Araujo, Karla Maria Geovania Rodrigues de.
Uma análise e revisão da literatura sobre a governança colaborativa entre 2000 a 2023 no contexto brasileiro. [manuscrito] / Karla Maria Geovania Rodrigues de Araujo. - 2023.

23 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Me. José Péricles Alves Pereira, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA. "

1. Governança colaborativa (GC). 2. Inovação. 3. Sustentabilidade. 4. Transparência. I. Título

21. ed. CDD 657.835

KARLA MARIA GEOVANIA RODRIGUES DE ARAÚJO

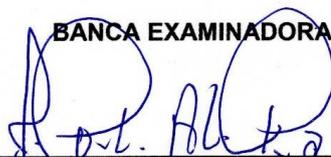
UMA ANÁLISE E REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A GOVERNANÇA COLABORATIVA ENTRE 2000 A 2023 NO CONTEXTO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em contabilidade.

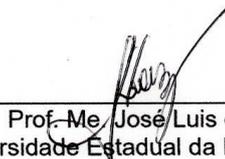
Área de concentração: Governança Colaborativa.

Aprovada em: 21/11/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. José Péricles Alves Pereira (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. José Luis de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Vânia Vilma Nunes Teixeira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

DEDICATÓRIA

“Se eu tiver de andar por um vale escuro, não temerei mal nenhum, pois comigo estais. Vosso bastão e vosso cajado me dão segurança.” - Salmos 23:4

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Lista dos principais autores com o número de artigos publicados sobre a GC.....	17
Tabela 2 – Relação de publicações anuais com a GC.....	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativo entre Nova Gestão Pública e Governança Pública.....	15
Quadro 2 – Leis que regem os estudos bibliométricos.....	16

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem de publicações por país.....	19
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
GC	Governança colaborativa
USP	Universidade de São Paulo
WOS	Web Of Science

SUMÁRIO.

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Governança	12
2.2	Governança colaborativa	13
3.	METODOLOGIA	15
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	17
5.	CONCLUSÃO.....	20
	REFERÊNCIAS	20

UMA ANÁLISE E REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A GOVERNANÇA COLABORATIVA ENTRE 2000 A 2023 NO CONTEXTO BRASILEIRO

AN ANALYSIS AND REVIEW OF THE LITERATURE ON COLLABORATIVE GOVERNANCE FROM 2000 TO 2023 IN THE BRAZILIAN CONTEXT

Karla Maria Geovania Rodrigues de Araújo¹

RESUMO

A governança colaborativa (GC) representa um modelo de interação fundamentado no consenso e na cooperação mútua dos colaboradores para a criação conjunta de resultados e resoluções. Ela constitui uma abordagem moderna para a administração de interesses da empresa e um meio eficaz de abordar questões complexas com sustentabilidade, equilíbrio de poder e prestação de contas. A compreensão dos aspectos relacionados à GC é de suma importância para alcançar os objetivos estratégicos e competitivos de organizações, regiões e seus respectivos sistemas. Tendo como cunho metodológico um trabalho quantitativo, bibliográfico, descritivo e bibliométrico. Este estudo tem como propósito apresentar uma visão geral das publicações sobre governança colaborativa cujo objetivo geral consiste em examinar a literatura, suas contribuições e possíveis falhas entre os anos (2000-2023), utilizando a base de dados *Web of Science (WOS)*, Google Scholar, Scielo, portal de periódicos CAPES e a biblioteca digital da USP. Além de verificar os princípios da bibliometria, com a (Lei de Lotka, Brandford e Zipf), realizando uma análise detalhada dos principais artigos e contribuições que têm moldado e enriquecido o conceito de GC nesses anos. Observando um aumento significativo no número de publicações ao decorrer das décadas, destacando a crescente relevância desse tema nas pesquisas acadêmicas a partir do ano de 2017 a 2023. Essa tendência está especialmente relacionada a tópicos como inovação, inclusão, confiança, transparência e redes de colaboração nas empresas, tendenciando boas práticas a partir do método ESG – *Environmental, Social and Governance*, focando principalmente no setor público, minimizando gargalos do poder e solucionando conflitos sustentáveis e ambientais com vários países. Evidenciando assim que, a Governança colaborativa vem se atualizando cada vez mais nas organizações, tirando-as da tradicionalidade e se renovando com a geração Z e os conceitos. Em suma, os resultados deste estudo fornecem uma orientação para futuras pesquisas e para o aprofundamento das discussões sobre a governança colaborativa de forma que a controladoria busque formas de implementações inovadoras nas instituições com melhor alinhamento de boas práticas de gestão, com foco em objetivos coletivos.

Palavras-Chave: governança colaborativa (GC); inovação; sustentabilidade; transparência;

¹ Karla Maria Geovania Rodrigues de Araújo, Graduanda do curso de Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, e-mail: karlageovania@gmail.com

ABSTRACT

Collaborative governance (CG) represents an interaction model grounded in consensus and mutual cooperation among contributors for the joint creation of outcomes and resolutions. It constitutes a modern approach to managing corporate interests and an effective means of addressing complex issues with sustainability, power balance, and accountability. Understanding aspects related to CG is crucial for achieving the strategic and competitive objectives of organizations, regions, and their respective systems. Methodologically, this quantitative, bibliographic, descriptive, and bibliometric work aims to provide an overview of publications on collaborative governance. The general objective is to examine the literature, its contributions, and potential shortcomings between the years (2000-2023), utilizing the Web of Science (WOS), Google Scholar, Scielo, CAPES periodicals portal, and the USP digital library. In addition to verifying bibliometric principles, such as Lotka's Law, Bradford's Law, and Zipf's Law, the study conducts a detailed analysis of key articles and contributions that have shaped and enriched the concept of CG over these years. There is a notable increase in the number of publications over the decades, highlighting the growing relevance of this topic in academic research from 2017 to 2023. This trend is particularly associated with topics such as innovation, inclusion, trust, transparency, and collaboration networks in companies, leaning towards best practices using the ESG (Environmental, Social, and Governance) method, primarily focusing on the public sector. This minimizes power bottlenecks and addresses sustainable and environmental conflicts across various countries. Thus, collaborative governance is evolving in organizations, departing from tradition and adapting to Generation Z and contemporary concepts. In summary, the results of this study provide guidance for future research and deepen discussions on collaborative governance. This encourages controllership to seek innovative implementations in institutions, aligning with best management practices and focusing on collective objectives.

Keywords: collaborative governance (CG); innovation; sustainability; transparency;

1. INTRODUÇÃO

O conceito de governança vem se tornando enriquecido entre os acadêmicos e a população empresarial. Mas vem tendo um desfecho de revelar que a evidência brasileira ainda se encontra em níveis baixos, fechando com o aspecto de que a transparência e qualidade ainda têm muito para evoluir nas aquisições e debates sobre a governança. Especialmente, na relevância da governança colaborativa entre as empresas e o governo.

Em 1997, já havia rumores de que existia uma escola proeminente de pensamento que debateu em nome da “governança sem governo” (Rhodes, 1997). Mas o pensamento adquirido nesses debates é que não havia governança e firmeza nas empresas e nos governos burocráticos e não democráticos, e de que muitos, senão a maioria, de seus serviços poderiam ser prestados por redes de agentes sociais. Esta dependência dos agentes sociais é rejeitada por outros acadêmicos (e muitos

profissionais) que debatem a favor de abordagens mais centradas no Estado para o “ato de governar” (BELL e HINDMOOR, 2009).

Nisto, a governança significa o controle e a disciplina de projetos, envolvendo a inovação de membros empresariais. Ou seja, governança significa a coordenação e controle das ações e dos projetos, objetivando desenvolver e especializar os membros envolvidos, promovendo a produção de conhecimento compartilhado e estimulando a cooperação e a inovação (ANSELL; GASH, 2007). Envolvendo assim que, novas técnicas estão constantemente atualizando, singularmente a governança colaborativa.

Em conformidade com Ansell e Torfing (2015) e Bodin (2017), esse modelo colaborativo surgiu devido às difíceis complexidades organizacionais e à fragmentação da política pública, impulsionado pela averiguação de que nenhuma organização tem o conhecimento ou recursos para resolver parcial o problema social complexo.

Reverenciando então, ao tripé de uma análise financeira, que gerida bem poderá dar lucros e ter mais informações completas aos colaboradores. Assim, continua a ganhar participação de mercado e se beneficiar de aquisições mais antigas e novas, no caso da empresa, enquanto planta as próximas alavancas de crescimento, ajudando a melhorar a logística com a orientação adequada pelo processo conjunto de resultados e soluções para os fins estratégicos e competitivos das organizações, regiões e seus sistemas contábeis.

Baseado neste cenário considerando as lacunas em transparência e qualidade, pergunta-se: **Quais são as contribuições, falhas e perspectivas de inovação identificadas na literatura entre os anos 2000 e 2023 para o contexto brasileiro?**

Logo, com o intuito de evidenciar a governança colaborativa no contexto brasileiro, este estudo tem por finalidade investigar exame de todos os dados disponíveis na literatura sobre a GC, bem como analisar as condições dos periódicos e da meta análise, em virtude da evolução e a aplicação do conceito nas empresas.

Diante da questão de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho consiste em examinar a literatura, suas contribuições e possíveis falhas em virtude da valia da governança colaborativa nas empresas entre 2000 e 2023. Nesse sentido, os objetivos específicos da pesquisa foram: (a) Identificar os periódicos e a meta análise que serão abordadas, (b) Analisar a literatura sobre a governança colaborativa escrita entre 2000 e 2023 juntamente com as leis, (c) apontar quais as contribuições feitas até o presente momento, (d) discutir as falhas obtidas encontradas nas revisões da literatura e (e) propor novas perspectivas de inovações na área da governança colaborativa.

Sendo assim, a governança colaborativa é um projeto gradativo que cresce ao decorrer dos tempos, mas carece conceitualmente de aprofundamento baseado teórico. Contudo, neste artigo, conseguirá abranger toda a evolução e mais importantes descobertas sobre este tema.

Posto isso, esta pesquisa se apresenta como uma contribuição relevante para a compreensão do impacto econômico das empresas, fatores de sucesso e desafios na implementação da GC considerando o ambiente empresarial brasileiro, relacionando governança e sustentabilidade levando em conta o contexto socioeconômico. Dessa maneira, por meio de uma abordagem integrada, busca-se integrar aspectos relevantes para as práticas empresariais, promovendo um desenvolvimento mais responsável e transparente.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para futuras pesquisas e debates acadêmicos, promovendo uma reflexão crítica ampliando o tema no Brasil,

fomentando como a governança colaborativa pode auxiliar com inovação e sustentabilidade, impulsionando o crescimento econômico, abordando desafios socioambientais.

Este trabalho está apresentado da seguinte forma: Introdução, objetivos (objetivo geral e objetivo específico), justificativa, referencial teórico, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança

Governança pode ser considerada um conceito mágico (Pollitt e Hupe, 2009) – conceito abstrato com prévia carga positiva semântica e de ampla utilização se torna fundamental a apresentação de referências em termos conceituais.

Em termos de vocabulário, Governança pode ser vista como um ato ou processo de governar (MICHAELIS, 2011).

Um dos problemas que surgem no mundo acadêmico e de pesquisas, seria sempre a da produtividade, visto que, a forma de publicações científicas tem baixa pelos seus respectivos participantes. Cattell (1910) afirmava que não sabia de onde vinha a paixão pelo progresso da ciência, ou pelos seus amantes trabalhadores, ou pela inteligência e firmeza de alguns poucos indivíduos. Todavia, Cattell parecia que discordava de Lambroso (1891:120), que declarava “que o aparecimento de um único gênio era mais do que equivalente ao nascimento de centenas de medíocres”.

Segundo Lotka (1926), que estudou essa produtividade acadêmica e da pesquisa, a cooperação colaborativa acontece descrita quando um traje através de negociações convencionais e irregulares. Através dos atores autônomos, durante o qual eles criam estatutos e associações, exemplares para habituar suas relações e combates através de exercícios ou abordam desafios usuais através da condição coesa, essas regras básicas usuais equilibradas e compartilhadas via todas as zonas interessadas, enquanto as conferências ocorrem frequentemente. (THOMSON; PERRY, 2006.)

Ainda nesta lógica, Fukuyama (2013, p. 03) define governança como a habilidade governamental de fazer e reforçar regras e de entregar serviços. E define qualidade em governança como a interação entre capacidade e autonomia (FUKUYAMA, 2013, p. 13).

Ademais, a governança se distingue de outros formatos de administrar e das demais conquistas decisórias, entre as conceituais, devido ao avanço com porcentagem de problema sobre solucionar possíveis falhas e problemas futuros (BODIN, 2017)

Já de acordo com Russell e Smorodinskaya (2018):

Uma parte significativa das definições sobre governança e colaboração encontradas na literatura inserem conceitos novos em torno de objetivos compartilhados e transações para contrabalancear interesses e liderar atividades mútuas. As autoras visam integrar a esses conceitos uma pesquisa mais exata da governança e colaboração associadas, porém, por ser um elemento novo considerando-a como a forma próspera de reciprocidade comunicativa, ainda há procedimentos a melhorar tanto para a pública como a privada, utilizando a mesma base de dados informacionais.

2.2 Governança colaborativa

De acordo com Lopes de Sá (2008), “A Colaboração que o contador pode dar à empresa vai muito além dos limites que a maioria dos empresários requer”.

Uma vez que, para se identificar uma empresa de sucesso, por trás dela há um super-contador... Com este intuito, detectar as falhas e os possíveis motivadores disto, expondo sua importância para os sócios e conceituando a teoria para fim, um entendimento melhor de todos os interessados e publicando mais sobre este tema pouco conhecido que vem se enriquecendo para uma maior cooperação e implementação de estratégias nas gestões empresariais.

Conduzir um modelo de governança colaborativa envolve, principalmente, equilibrar os diferentes interesses dos atores envolvidos (BODIN, 2017), sobretudo em atividades coletivas que objetivam aumentar o valor público a partir do esforço conjunto (BARDACH, 2001). Assim, GC “Governança colaborativa” tem o objetivo de expandir a governança pelo método de colaborar com a extensão de envoltura do órgão seja público ou privado com o objetivo central de resolução dos problemas de controle.

Segundo Ansell e Gash (2007), a “governança colaborativa abarca as leis e regras destinadas à provisão de bens públicos orientados por um processo de tomada de decisão coletiva que inclui agentes públicos e privados, por meio de um regime de colaboração formal e de estratégias explícitas e públicas para organizar a influência dessas partes.”. Posto isso, para melhor entendimento, essas tendências são abarcadas pela capacidade intraorganizacional das instituições à medida que se tornam mais dependentes e complexas, solucionando todas as questões. (AGRA-NOFF, 2005).

Recentemente vários estudos abordaram a governança colaborativa em diferentes perspectivas, como o caráter multifacetado da governança colaborativa se apresentando nas pesquisas em ecossistemas socioecológicos (GUERRERO et al., 2015; BODIN, 2017). Onde são enfatizados em escala local e global. Permeado por tal fluxo de influência envolvendo dois sentidos (público e privado) e em que a colaboração transfronteiriça representa o padrão de comportamento dominante (EMERSON; NABATCHI; BALOGH, 2012) fazendo-se importante nas negociações contínuas e conduzir harmonicamente interesses em atividades mútuas.

Neste estudo, serão abordados os periódicos delimitados entre os anos 2000-2023 em que é analisado de acordo com as normas e leis com as seguintes características:

- Lei de Bradford (1934): Tem uma medida com o grau de atração do periódico de acordo com a sua respectiva reputação, identificando os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema em específico. Ou seja, “Se periódicos científicos forem ordenados em ordem decrescente de produtividade de artigos sobre determinado assunto, poderão ser divididos em um núcleo de periódicos mais particularmente dedicados ao assunto e em vários grupos ou zonas, contendo o mesmo número de artigos que o núcleo. O número de periódicos (n), no núcleo e zonas subsequentes, variará na proporção 1:n:n 2 ... (BROOKES, 1969, p. 953)”
- Lei de Lotka cuja medida abordada é a produtividade do autor de acordo com o tamanho e frequência, levantando o impacto da produção de um autor numa área de conhecimento. Ou seja, é fundamentada na premissa

de que alguns pesquisadores publicam muito e muitos publicam pouco. (GUEDES, 2012)

- E a Lei de Zipf das quais a medida é frequência de palavras-chave estimando os temas mais recorrentes relacionados a um campo de conhecimento. (Chueke; Amatucci; 2015). “Zipf observou que, num texto suficientemente longo, existia uma relação entre a frequência que uma dada palavra ocorria e sua posição 4 na lista de palavras ordenadas segundo sua frequência de ocorrência” (GUEDES, BORSCHIVER, 2005, p. 6). A lei de Zipf (1949) conclui que as palavras mais usadas indicam o assunto do documento (SANTOS; OLIVEIRA, 2017).

Contando, então, com o objetivo de abordar a meta-análise sobre a governança colaborativa, em nível nacional, com o intuito de levantamento dos documentos e dados científicos sobre Governança Colaborativa na base WOS, garantindo resultados mais precisos e obstinados sobre a tomada de decisão imediata. Produzindo inferências sobre os artigos mais citados nesses últimos tempos sendo eficiente; consistente e sistemático com o gerenciamento de dados, para busca e recuperação da informação contrapondo o pensamento de refinamento da inovação, aprendizagem, diálogo, empreendedorismo, gestão ambiental e confiança.

Para Ansell e Gash (2007), a adoção da colaboração induz o aumento da qualidade da solução, com a abordagem mais abrangente do problema, diversificação da capacidade de resposta, minimização do risco de impasse, garantia da consideração dos interesses dos atores no processo, sentimento de inclusão na solução. Conforme, é obscuro dar começo a uma origem de descrição do processo colaborativo, entretanto, o autor busca sugerir que o início é ruim, mas pode melhorar tendo um diálogo de construção de um elo de confiança, compromisso com o processo e uma visão compartilhada dos objetivos futuros.

A colaboração, nesse sentido, se define como um meio que possibilita aumentar a geração de conhecimento pela aprendizagem social, integrar as ideias dos distintos sistemas de conhecimento e difundir conhecimento e as melhores práticas entre os atores (BODIN, 2017).

Thompson e Perry (2006) ainda afirmam que a governança colaborativa pública deve-se tornar um acelerado entre os gestores, visto que, atualmente as instituições estão cada vez mais sendo pressionadas a abrir suas portas para a sociedade civil vistoriar se está ocorrendo de fato os recursos, com a transparência e a melhoria de prestação de serviços.

Para Romero e Molina (2011), os modelos de governança colaborativa ou as comunidades virtuais colaborativas, mostram potencial para impulsionar a co-criação de valor agregado e a co-inovação.

Nesse sentido, a governança colaborativa adota-se como uma face multicoisas, se igualando sobre várias questões abordadas em pesquisas dos ecossistemas, políticas públicas ecológicas, equilíbrio financeiro, dentre outras... (GUERREIRO et al., 2015; BODIN, 2017) onde os proveitos das resoluções dos benefícios da solução das adversidades complexas resolvidas por meio da governança colaborativa são enfatizados em escala local e global.

Embora a governança colaborativa seja nova, existe ainda a falha das organizações como a mistura de instituições que podem fornecer suficiente responsabilidade e legitimidade democrática, sem sufocar a interação auto organizada. Pois, é difícil ter uma real mudança rápida vinda de tempos de tomada de decisões e práticas errôneas na controladoria. Outro ponto crítico é destacado por Ansell e Gash

(2007), os resultados da governança colaborativa são alcançados no longo prazo, e neste período muitas vezes as organizações acabam desistindo de permear o caminho da colaboração pela dificuldade de se estabelecer uma visão de futuro compartilhada entre todos os atores.

Tanto ao público, como também na organização ao privado. Buscando, evidenciar o benefício futuro; implementando e contemplando resultados ao longo prazo comparando com diferentes bases de dados gerando novas perspectivas de investigações na área desafiando a atual sociedade empresarial.

Com isso, os conceitos de governança se afunilam relacionados a um só propósito, a noção de *accountability*, cujo princípios dela é a transparência pública com inclusão, responsabilidade, prestação correta de contas, cumprimento de regras legais aos seus servidores. Para fins de representação de construção de consenso, de tal afirmação a Tabela 1 apresenta o quadro comparativo de Cavalcante (2019) acerca dos paradigmas da Nova Gestão Pública em contraposição ao da Governança Pública Colaborativa.

Quadro 1 - Quadro comparativo entre Nova Gestão Pública e Governança Pública

	Nova Gestão Pública	Pós Nova Gestão Pública (Governança Pública)
Foco	Cliente consumidor	Cidadão como parceiro
Fonte inspiradora	Lógica do setor privado	Redes
Crenças Fundamentais	Eficiência, competitividade	Confiança, Reciprocidade.
Orientação estratégica	Competição, incentivo.	Visão integrada e holística, colaboração, inclusão e profissionalização
Visão do Estado	Superioridade administrativa do setor privado	Fortalecimento da capacidade burocrática (interativismo)

FONTE: Cavalcante (2019, p. 210).

Assim, a GC busca uma nova gestão que aborda um grau de interdependência fundamental nos dias de hoje. Agranoff e McGuire (2001, p. 296) afirmam que redes são arranjos multiorganizacionais para resolver problemas que não podem ser solucionados de forma simples como por uma organização singular. Tais problemas são aqueles revestidos de complexidade denominados como wicked problems (RITTEL, WEBBER, 1973).

3. METODOLOGIA

O presente estudo é de caráter bibliográfico, bibliométrico, quantitativo e descritivo. Baseada em um levantamento bibliográfico acerca de artigos sobre o tema “Governança Colaborativa”. Expondo, portanto, um estudo de cunho descritivo-quantitativo que enfatiza a mapeação do tema nos anos 2000-2023.

Iniciando a análise e revisão da literatura com base em dados estatísticos e índices da *Web of Science* (WOS), Google Scholar, SciElo, Portal de periódicos CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, dando-se como descritiva.

Tal busca se limitou a palavras-chave, sendo: “Governança Colaborativa”, “*Collaborative Public and Privad Governance*” a busca é restrita a artigos em inglês e português na área de ciências sociais aplicadas, contabilidade. Contendo uma abordagem bibliométrica mais internacional visto que ainda é pouco utilizada no Brasil.

Ademais, as principais características das publicações da base de dados *Web of Science* (WOS) e o Portal de Periódicos Capes onde se encontram disponíveis ferramentas para artigos, análise de citações, referências, e índices, permitindo análises bibliométricas neste artigo.

A busca foi limitada a produção científica categorizada como “artigo”. E o período contemplado foi do ano 2000 a 2023. Esta etapa de levantamento bibliográfico objetiva encontrar referências acerca de determinado tema (CERVO e BERVIAN, 2002).

Este estudo foi construído através de 3 leis: Lei de Brandford, Lei de Lotka e Lei de Zipf. Com isso, o quadro mostra as leis e suas métricas para serem seguidas.

Quadro 2 - Leis que regem os estudos bibliométricos

Leis	Medidas	Crítérios	Objetivo
Brandford	Grau de atração do periódico	Reputação do periódico	Identificar os periódicos mais relevantes e que dão maior vazão a um tema em específico
Lotka	Produtividade autor	Tamanho-frequência	Levantar o impacto da produção de um autor numa área de conhecimento
Zipf	Frequência de palavras-chave	Lista ordenada de temas	Estimar os temas mais recorrentes relacionados a um campo de conhecimento

FONTE: Chueke; Amatucci (2015)

Tendo como base os procedimentos metodológicos que seguem a sugestão de Souza e Ribeiro (2013), sendo em ordem como: “Etapa 1) Levantamento dos documentos e dados científicos sobre Governança Colaborativa; Etapa 2) Análise estatística primária dos dados encontrados; Etapa 3) Aplicação da bibliometria conforme os autores abordados no projeto; Etapa 4) Análise qualitativa dos artigos selecionados na pesquisa bibliométrica; Etapa 5) Análise dos resultados; Etapa 6) Considerações Finais”.

Para isso, o primeiro procedimento foi elaborar e fazer o levantamento dos dados científicos através dos índices, foi utilizada a estatística descritiva (quantitativa). Na segunda etapa, o primeiro requinte deu-se pelas áreas de aprofundamento abordado da GC, descobrindo que mais de 50% das pesquisas e artigos são feitas

pela área das Ciências Sociais. Na terceira etapa, foram aplicadas as Leis Bibliométricas: Lei de Brandford, Lei de Lotka e Lei de Zipf. Na quarta etapa, produzir inferências sobre os artigos mais citados foi a razão da inclusão desta quarta etapa, de cunho qualitativo, agrupando os artigos selecionados nas etapas anteriores. Já na etapa cinco, é demonstrado a análise e interpretação dos artigos selecionados. Por fim, se encerra este artigo reunindo as principais contribuições já feitas até o momento, os principais resultados e as limitações ocorridas no período abordado.

Assim, discutindo o perfil das pesquisas sobre Governança Colaborativa, nos últimos 23 anos nas bases de dados. Um total de artigos de 117 publicados até o momento, sendo propostos serem lidos e analisados 65% destes para o presente estudo, ou seja, 76 artigos. Evidenciando com o ano de 2017, o mais publicado com 58 artigos, assim sendo, um total de 49,57% publicados no ano.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste artigo, é feito uma revisão da governança colaborativa juntamente com os resultados ao analisar as leis e os objetivos sobre o tema da GC nas bases de dados escolhidos.

Discorrendo o perfil das pesquisas sobre Governança Colaborativa, nos últimos 23 anos na base de dados da WOS. Dessa maneira, fica evidente com o quadro os principais autores que mais publicaram foram:

Tabela 1 – Lista dos principais autores com o número de artigos publicados sobre a GC.

Autores	Nº de artigos publicados sobre governança
de Loe, R. C.	12
Torfin J	11
Sorensen, Eva; Torfin, Jacob	10
Ansell, C. Gash A.	10
Bodin, O.	10
Erkus-Ozturk, Hilal; Eraydin, Ayda	9
Franzoni, Chiara; Sauermann, Henry	9
Gilson, Ronald J.; Sabel, Charles F.; Scott, Robert E.	9
Romero, David; Molina, Arturo	9
Kallis, Giorgos; Kiparsky, Michael; Norgaard, Richard	8
Biggs, Reinette; Westley, Frances R.; Carpenter, Stephen R	7
Cheung, Mee-Shew; Myers, Matthew B.; Mentzer, John T	6
Van Der Horst, Dan; Vermeylen, Saskia	4
Marshall, Graham R.	3
Total	117

FONTE: Elaborado pelo autor conforme dados da pesquisa (2023)

E brasileiros como Marcelo Figueiredo, Maria Tereza Fleury, Sérgio Gilvanetti Lazarinni e Ana Paula Paes de Paula fazem parte do arcabouço acadêmico sobre este tema.

Seguindo assim, conforme o estudo, foram considerados também, as leis de Bradford, que identificam quais os principais periódicos da área a serem postos emergindo qual o grau de relevância sobre este tema conforme os periódicos. De acordo com as métricas da base de dados da WOS, os periódicos que mais possuem relevância para estudos do tema investigado são: *Ecology And Society*, *Environmental Science And Policy*, *IFIP Advances In Information And Communication Technology* e *Lecture Notes In Computer Science Including Subseries Lecture Notes In Artificial Intelligence And Lecture Notes In Bioinformation*.

Tabela 2 - Relação de publicações anuais com a GC

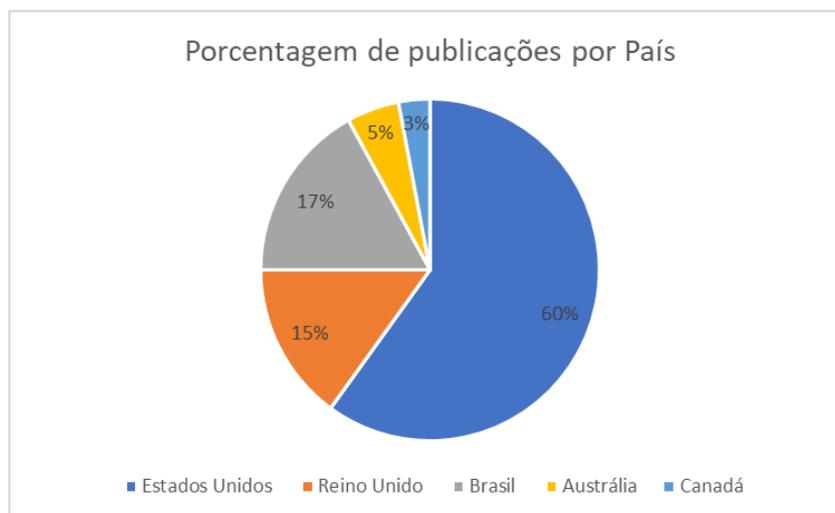
Anos de publicação	nº de publicações
2000	0
2001	0
2002	0
2003	0
2004	0
2005	0
2006	1
2007	3
2008	3
2009	1
2010	2
2011	3
2012	4
2013	1
2014	2
2015	2
2016	1
2017	51
2018	4
2019	11
2020	7
2021	8
2022	11
2023	2
total	117

FONTE: Elaborado pelo autor conforme dados da pesquisa (2023)

Fica evidente que, há uma notável publicação elevada no decorrer dos anos sobre ele, principalmente a partir do ano de 2017 a 2023. Apontando assim, uma das tendências adotadas nas empresas, visto que, é uma junção de colaboração e parcerias diversificadas profissionalmente. Diante disso, a cooperação e a procura

das empresas pela prática ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança) é cada vez mais alta no mercado, tencionando as boas práticas do comportamento da geração Z, que prioriza a transparência e a ética socialmente.

Gráfico 1 – Porcentagem de publicações por país.



FONTE: Elaborado pelo autor conforme dados da pesquisa (2023)

Assim, de acordo com o gráfico, a análise da Lei de Brandford através da análise dos periódicos foi possível também fazer a identificação dos países que mais pesquisam sobre a Governança Colaborativa, em primeiro lugar os Estados Unidos (60%), seguido pelo Reino Unido (15%), Brasil (17%), Austrália (5%) e Canadá (3%).

No entanto, a produção acadêmica é ainda “tímida” no Brasil ainda. Observa-se a oportunidade e a necessidade de que sejam feitas novas publicações em periódicos brasileiros. Com isso, foi visado mais periódicos e artigos internacionais como Inglaterra e os Estados Unidos que tem uma demanda vasta sobre o tema. E de acordo com isso, os autores trazem a problemática de que a implementação é difícil, gerando atrasos na tomada de decisões importantes, aumentando o risco e o custo de alguns negócios. Pois, é um investimento a longo prazo, e as gestões não estão dispostas a largar os pequenos benefícios futuros em, talvez, possíveis danos de benefícios maiores.

Percebem-se também que os autores estão mais focados no setor público, porém, as práticas adotadas são um consenso entre o setor privado e público. Gerenciando um interesse mútuo entre eles e o Estado, tais como, um gerenciamento de minimização dos gargalos do poder e solucionando coletivamente questões ambientais com vários países e empresas interessadas.

Ao decorrer dos anos, a evolução dos conceitos foi se afunilando e, com isso, a governança colaborativa se fez mais presente mundialmente. A GC é essencial para a sustentabilidade e gestão ambiental, a inovação e visão de longo prazo dos países socialmente.

“Os resultados também apontarão alguns pontos críticos da teoria, pois os resultados da implementação de um modelo de governança colaborativa são obtidos no longo prazo, a visão compartilhada de futuro é imprescindível e na maioria das vezes os atores envolvidos não estão de acordo em abrir mão de pequenos benefícios

futuros em detrimento de benefícios maiores no longo prazo.” Bartz, C.R.F., Turcato, J.C. e Baggio, D.K. 2019.

5. CONCLUSÃO

Logo, conclui-se que, mesmo considerando uma amostra de tempo de vinte e três anos, ainda é escasso o tema falado no Brasil, isso deve-se ao fato de ser considerado um tema novo e devido às incertezas e complexidades postas no caminho, é essencial estudos mais aprofundados. Dos 117 artigos analisados, apenas um foi publicado em 2006 e 2016, evidenciando uma lacuna significativa neste período. Essa ausência de pesquisas reflete a novidade do assunto e as complexidades envolvidas.

A limitação desse artigo, foi a busca dos artigos em diversas fontes que tivessem o tema para aplicar a problematização, visto que, ainda é pouco falado. E na maioria das vezes, estava em inglês os textos, levando em conta que se usou tradutores.

Em última análise, é necessário implementar a importância de uma abordagem nas empresas que adotem a GC para monitorar se os resultados se condizem com a teoria. Dessa forma, a inovação e a sustentabilidade andam em conjunto, constantemente, e as empresas precisam estar dispostas ao aprendizado do futuro, garantindo uma vaga no mercado e nas gestões mais transparentes e socioambientais, contribuindo para um futuro mais sustentável e eficaz.

Os resultados apontam um aumento notável nas publicações a partir de 2017, principalmente nos Estados Unidos (60%), Reino Unido (15%) e Brasil (17%). Contudo, destaca-se a produção acadêmica brasileira sobre o tema. Ressaltando mais uma vez a necessidade de novas publicações em periódicos brasileiros, considerando a demanda crescente sobre o assunto no país. Anunciando assim, a dificuldade de implementação dos autores, gerando atrasos em decisões importantes e aumentando os riscos e custos do negócio, dado seu caráter de investimento a longo prazo.

Por fim, a pesquisa e a prática devem ser encorajadas e promovidas como parte da cultura empresarial brasileira da forma colaborativa, auxiliando para um desenvolvimento socioeconômico mais equitativo e responsável no Brasil. À medida que o interesse e a conscientização sobre esse tema crescem, é imperativo que a pesquisa e o governo se unam para aprofundar nossos conhecimentos e implementar práticas mais sustentáveis.

Dessa maneira, este artigo contribui para a literatura, de forma descritiva, para alunos interessados e futuros pesquisadores na área, guiando novas perspectivas de investigações e conceitos ampliando o tema. Bem como, sugere-se a aplicação da teoria com diferentes gestões de empresas sejam elas públicas, como também, privadas. E fazer a comparação da prática ESG no Brasil, nas organizações posicionadas ou não, em diferentes regiões geográficas para fornecer insights valiosos, sobre as variações nas práticas e nos impactos. Se possível, afinar o campo específico entre diversas áreas, permitindo uma análise mais abrangente das práticas ESG no contexto empresarial brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGRANOFF, R. Managing collaborative performance: **changing the Boundaries of the State? Public Performance & Management Review**, v. 29, n. 1, p. 18-45, 2005).

AGRANOFF, R; McGUIRE, M. Big questions in Public Network Management Research. **Journal of Public Administration Research and Theory**, p 295-326, 2001.

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, 543-571, 2007.

ANSELL, C.; TORFING, J. How does collaborative governance scale? **Policy & Politics**, v. 43, n. 3, p. 315-329, 2015.

BARDACH, E. Developmental dynamics: interagency collaboration as an emergent phenomenon. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 11, n. 2, p. 149- 164, 2001.

BARTZ, C. R. F.; TURCATO, J. C.; BAGGIO, D. K. Governança colaborativa: um estudo bibliométrico e conceitual da última década de publicações. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 9, p. 800–817, 2019. DOI: 10.24302/drd.v9i0.2394.

BELL, Stephen; HINDMOOR, **Rethinking governance: The centrality of the state in modern society**. Cambridge University Press, 2009.

BODIN, O. Collaborative environmental governance: achieving collective action in social ecological systems. **Science**, v. 357, n. 6352, p. 659-668, 2017.

BROOKES, B. C. Bradford's law and the bibliography of science. **Nature**, [s.l.], v.224, p. 953- 956, Dec. 1969. Disponível em: <http://www.nature.com/nature/journal/v224/n5223/pdf/224953a0.pdf>.

CATTELL, J. Mckeen. A further statistical study of American men of science. **Science**, v. 32, p. 633-648, Friday, Nov 4, 1910.

CAVALCANTE, P. L. Trends in Public Administration after Hegemony of the New Public Management. **Revista do Serviço Público** v. 70, n. 2, p. 195-218, 2019.
CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. (2002) **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall.

CESARE, Lombroso. **The man of genius**. 1891.

CHUEKE, G. V.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao fórum. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, v. 10, n. 20, p. 1-5, 2015. em:<https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2394>.

EMERSON, K.; NABATCHI, T.; BALOGH, S. Uma estrutura integrativa para governança colaborativa. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v.22, n. 1, p. 1-29, 2012.

FUKUAYMA, F. What is Governance? **Working Paper**, 314, 2013.

GUEDES, VANIA LISBOA DA SILVEIRA. A Bibliometria e a Gestão Da Informação e do Conhecimento Científico e Tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, v. 6, n. 2, p. 74–109, 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2J5vjpK>>.

GUEDES, VANIA LISBOA DA SILVEIRA; BORSCHIVER, SUZANA. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a Gestão da Informação e do Conhecimento. In: **VI Encontro Nacional de Ciência da Informação**, 6., 2005, Salvador. Anais... Salvador: UFBA, 2005. p. 1–18. Disponível em: <http://www.cinform-antiores.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf>.

GUERRERO, A. M.; BODIN, O.; McALLISTER, R. R.; WILSON, K. A. Achieving social ecological fit through bottom-up collaborative governance: an empirical investigation. **Ecology and Society**, v. 20, n. 4, 2015.

LOTKA (1926), A Lei de Lotka na bibliometria brasileira; **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 14-20, 2002.

MICHAELIS. Dicionário prático da Língua Portuguesa. **São Paulo: Melhoramentos LTDA**. p. 952, 2011.

POLLITT, Christopher; HUPE, Peter. The role of magic concepts. **Public Management Review: an international journal of research and theory**, v. 13, n. 5, p. 641-658, 2011.

RHODES, Roderick A. W. **Understanding governance: policy networks governance, reflexivity and accountability**. Buckingham: Open University Press, 1997.
RITTEL, H. W.; WEBBER, Melvin M. Dilemmas in a general theory of planning. **The Science of Public Policy: Policy Analysis II**, v. 4, p. 321, 2000.

RITTEL, Horst WJ; WEBBER, Melvin M. Dilemmas in a general theory of planning. **Policy Sciencer**, Amsterdam, v. 4, p155-169, 1973.

ROMERO, David; MOLINA, Arturo. Collaborative networked organizations and customer communities: value co-creation and co-innovation in the networking era. **Production Planning & Control**, v. 22, n. 5-6, p. 447-472, 2011.

RUSSELL, M. G.; SMORODINSKAYA, N. V. Leveraging complexity for ecosystemic innovation. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 136, p. 114-131, 2018

SÁ, Antonio Lopes. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, SIMONE APARECIDA DOS; OLIVEIRA, MARLENE. A produção científica sobre Língua Brasileira de Sinais (Libras) presente nos currículos Lattes do CNPq. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 4, p. 35–46, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2J9noHT>>.

SOUZA, M. T. S.; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.

THOMSON, A. M.; PERRY J. L. Collaboration processes: Inside the black box. **Public administration review**, v. 66, p. 20-32, 2006.

THOMSON, A. M; PERRY, J. L. Collaboration Processes: inside the black box. **Public Administration Review**, p. 20-32, 2006.

URBIZAGASTEGUI, Ruben. A produtividade dos autores sobre a Lei de Lotka. **Ciência da Informação**, v. 37, p. 87-102, 2008.